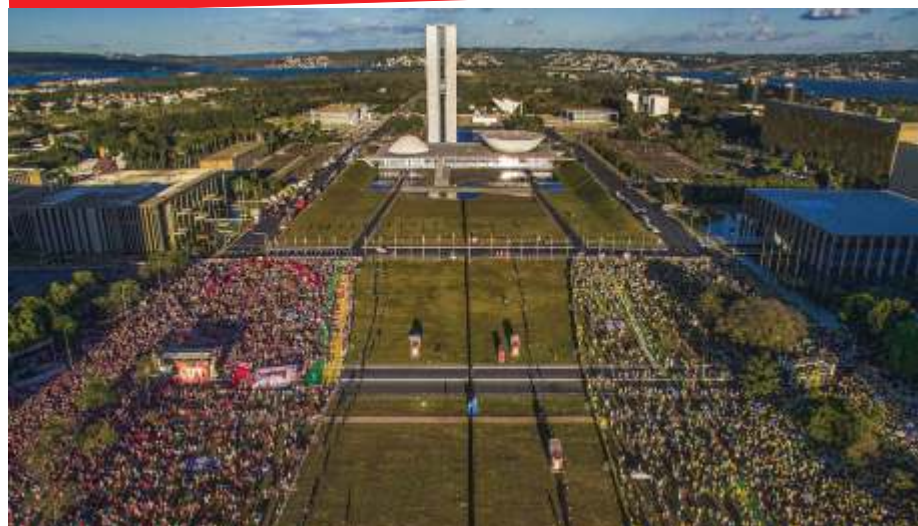


Jornal

BANCÁRIO

Os dois lados da moeda nessas eleições!

Bancários defendem projeto democrático e inclusivo para o País



O Brasil vive a mais complexa e decisiva eleição presidencial após o período de redemocratização do país em 1989, talvez a última, dependendo de quem assumirá a presidência.

Essa eleição mudou completamente a regra do jogo, se

comparada às eleições já ocorridas onde tudo era decidido por aquilo que era veiculado na televisão e rádio.

Nesse novo modelo de campanha, as propagandas eleitorais, nem sempre republicanas, estão sendo

veiculadas via redes sociais, facebook, whatsapp, aplicativos muito utilizados na América Latina.

Estão sendo colocados para apreciação neste segundo turno dois planos de governo, um voltado para uma política mais de esquerda e o outro para uma política mais de extrema direita.

O plano de esquerda (HADDAD), mostra um governo defensor dos que possuem um poder aquisitivo menor. Defende que para a economia girar, como já foi feito antes, é preciso criar mais empregos, melhorar as condições de vida do cidadão, investir pesado na educação, saúde e segurança, criar possibilidade de crescimento, fomentando a agricultura e fortalecendo as indústrias.

O respeito a democracia é uma das suas marcas e peça

fundamental do seu programa e tida como importante para poder se relacionar com outras nações.

No plano da extrema direita (BOLSONARO), se mostra bastante defensor dos interesses dos empresariados, latifundiários e banqueiros. Defende uma política de estado mínimo e de privatização, conforme já dito pelo seu futuro ministro da economia em algumas entrevistas. Também irá impor as reformas necessárias para diminuir a responsabilidade do estado sobre suas obrigações.

Nos seus discursos tem dito que irá seguir a linha adotada pelo atual presidente Michel Temer, e que vai pautar logo de início a discussão sobre a Reforma Previdenciária.

Quanto aos programas sociais existentes, suas propostas estão muito vagas, inclusive defende acabar com muitas delas.

Defende um governo mais agressivo, inclusive, com alusões racistas, homofóbicas e misóginas, comparando inclusive, o golpe político 1964 como se fosse "revolução democrática", isso tudo dito em varias entrevistas na TV.

Portanto, os dois lados da moeda estão expostos, caberá o eleitor decidir no dia 28 de outubro de 2018, qual desses projetos interessa a você e a maioria dos brasileiros?

PL contra resolução CGPAR terá andamento

Parece que finalmente o projeto de decreto legislativo 956/2018, que susta a resolução nº 23 da CGPAR, terá andamento na Câmara Federal. Como o deputado federal Ronaldo Nogueira (PTB-RS) foi designado como relator da proposta, agora é o momento de os empregados reforçarem a mobilização e pressionarem os parlamentares para a aprovação da matéria.

De autoria da deputada federal Erika Kokay (PT-RS), o texto trata do custeio das estatais em relação aos benefícios de assistência à saúde dos empregados. Tem o intuito de acabar com a retirada de direitos dos trabalhadores e que prejudica o Saúde Caixa e outros planos de saúde de empresas estatais.

O projeto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania logo após parecer de

Ronaldo Nogueira e deliberação do colegiado. Tudo antes de ser apreciado pelo plenário da Câmara Federal.

Mais uma vez, a força dos trabalhadores será essencial para barrar os ataques aos direitos adquiridos. Inclusive, entidades representativas de trabalhadores de estatais federais apresentaram denúncia contra as resoluções da CGPAR ao Ministério Público do Trabalho.

Caixa precisa cumprir legislação e contratar PCDs



A Caixa continua descumprindo a lei 8.213/91, chamada Lei das Cotas. E, por isso, o banco já foi condenado em primeira instância. Como o índice de trabalhadores com deficiência na instituição estava com déficit de mais de 3.500 pessoas (apenas 1,42%), em 2016, foi impetrada ação civil pública no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e em Tocantins contestou a não contratação de concursados Pessoas com Deficiência (PCDs). Inclusive, no concurso de 2014, dos mais de 30 mil aprovados, quase 3 mil são pessoas com deficiência. A legislação estabelece que as empresas com mais de 1.000 empregados tenham 5% dos cargos

ocupados por PCDs ou reabilitadas.

O banco foi condenado a cumprir a Lei das Cotas e priorizar a contratação dos concursados com deficiência, além de ter que pagar indenização de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos.

A decisão da 6ª Vara do TRT saiu em agosto de 2017. A ação civil pública foi retirada de pauta em junho deste ano para que 1ª Turma do Tribunal analise melhor o caso, por conta do pedido de interrupção do andamento do processo apresentado pela Caixa.

Enquanto não convoca os concursados, a instituição incentiva a terceirização e fomenta a precarização das relações de emprego.

Brasil tem 62 milhões de pessoas inadimplentes



A economia não está bem há um tempo e tem refletido na vida dos brasileiros. O país possui atualmente 62,4 milhões de inadimplentes, o que representa 40,6% da população acima de 18 anos. O crescimento é de 3,9% no total de pessoas com restrições ao CPF em setembro, se comparado ao mesmo mês anterior.

A política de austeridade colaborou para o aumento no desemprego e para a falta de recuperação da renda. Os bancos e outras organizações financeiras são responsáveis por mais da metade (52,7%) dos compromissos financeiros não quitados. Logo depois vem o comércio, com 17,9% do total. Houve aumento de 8,5% em 12 meses nas dívidas bancárias (cartão de crédito, cheque especial e empréstimos) e queda de 6,1% nos atrasos com crediário.

O crescimento de devedores entre a população de 65 a 84 anos foi de 10%. Ou seja, 5,4 milhões de pessoas. A alta entre negativados de 50 a 64 anos (12,9 milhões) foi de 6,2% e na faixa de 40 a 49 anos (14 milhões), de 4,9%.

A maior parte dos inadimplentes (51,5%) está na faixa de 30 a 39 anos e são 17,7 milhões de brasileiros. Já entre os jovens com idade de 25 a 29 anos mostra 7,7 milhões de pessoas e 4,4 milhões de 18 a 24 anos. Os dados foram apresentados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Bancários denunciam assédio moral que vem ocorrendo no Itaú



É recorrente as denúncias de pressão e cobrança por metas abusivas nos bancos, porém nos últimos meses o Itaú voltou a ser alvo das denúncias.

As denúncias ocorrem principalmente dos Gerente de Serviços Operacionais (GSO) contra gerentes operacionais,

supervisores e caixas.

Por isso o movimento sindical enviou documento ao banco, exigindo novamente, a solução definitiva do problema. O Itaú vem fazendo vista grossa em relação ao procedimento do gestor.

Os sindicalistas entendem que com esta atitude o banco está

sendo conivente com o terror psicológico imposto por este GSO. Segundo denúncias, em reuniões convocadas pelo gestor, ele humilha os participantes, faz sérias ameaças aos que não atingirem as metas de venda de produtos fixadas pelo banco, dando a entender que podem ser demitidos.

O uso recorrente desta prática de forma repetida e sistemática, tem adoecido os bancários. Não é admissível que o Itaú, o banco que mais lucra no país mantenha pessoas com métodos truculentos visando aumentar ainda mais seus resultados através de ameaças. Ao fazer isto, revela ser uma empresa que adota a política desumana do lucro a qualquer custo, movida por pura ganância.

Bolsonaro quer vender todas as empresas públicas brasileiras



O amplo programa de privatizações do candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro (PSL), prevê o desmonte total de praticamente todo o patrimônio público brasileiro. Se vencer as eleições no segundo turno, em 28 de outubro, ele pretende desnacionalizar, vender para grupos internacionais, ou fechar empresas que prestam serviços essenciais à população, como o fornecimento de água, energia e crédito bancário, além da chamada

jóia da coroa, o Pré-Sal brasileiro, a terceira maior reserva de petróleo do mundo.

Trabalhadores e especialistas alertam que, além das privatizações fecharem milhares de postos de trabalho, nenhum país do mundo se desenvolveu de forma sólida sem que tivesse como base uma indústria nacional forte, em especial nos setores estratégicos, como é o caso do petróleo. Não é o que pensa Bolsonaro e sua equipe que colocaram na mira do capital privado empresas públicas e estatais, como Petrobras, Eletrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, entre outras.

O mentor da plataforma econômica de Bolsonaro, o banqueiro e economista ultra

liberal Paulo Guedes, já deixou claro em declarações à imprensa, mais de uma vez que pretende promover a privatização de “todas” as estatais, justificando que essa seria uma forma de reduzir o endividamento público. Essas afirmações estão escritas no seu plano de governo, que diz expressamente que algumas estatais serão simplesmente extintas, outras entregues à iniciativa privada.

O programa pretende seguir exatamente o que Temer já está fazendo no Brasil, ou seja, vendendo tudo, abrindo mão do patrimônio que o povo brasileiro ajudou a construir e preparando os bancos públicos para serem privatizados, ignorando completamente que a maioria da

população é contra as privatizações.

A economista Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento Federal e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ressalta os prejuízos causados pela política de austeridade do governo Temer, que mudou a forma de gestão dos bancos públicos e reduziu consideravelmente os investimentos públicos. Mesma opinião tem o sociólogo Emir Sader. Ele alerta a intensificação da campanha para privatização. Por isso, nos últimos dois anos, os bancos públicos cortaram crédito, fecharam agências, reduziram funcionários, extinguíram setores estratégicos e elevaram tarifas, abandonando a concorrência.

Banco do Brasil volta a usar GDP para descomissionar e como instrumento de pressão para cobrar metas abusivas



Que o Banco do Brasil tem sido desmontado pelo atual governo a cada dia e que tem a sua importância reduzida a cada canetaço da diretoria a gente já sabe. Até porque a política de desmonte segue com o objetivo de entregar o banco público.

A mais recente obra dessa preparação para privatizar o Banco do Brasil apareceu sob a forma de distorção e crueldade do banco com os seus funcionários. Mais uma leva de descomissionamentos

voltou a fazer parte da rotina dos trabalhadores. O BB está usando o descomissionamento como uma ameaça para que os colegas cumpram metas abusivas e suportem todo o tipo de desrespeito.

Essa tem sido uma das denúncias e que tem sido combatido pelo movimento sindical desde reestruturação de 2016. Muitos colegas, de um dia para o outro, tiveram que mudar de agência, de local de trabalho e de

função sem receber treinamento. Mas o pior é que estão sendo penalizados justamente por uma política que usa a GDP de forma distorcida, por exemplo, quem trocou três ou quatro vezes de posto de trabalho e mudou a carteira de clientes com que trabalha de pessoa física para pessoa jurídica, fica no prejuízo e mesmo assim querem que o funcionário cumpra a meta. E isso tudo sem fornecer um treinamento ou dar um prazo maior para adaptação e aprendizado.

A GDP é um instrumento de avaliação que tem por objetivo ajudar a saber o que e onde o trabalhador tem que melhorar. O funcionário é avaliado a cada seis meses e tem três ciclos ou 18 meses para melhorar. O problema é que a

avaliação deveria ser de 360 graus, olhando todos os aspectos do desempenho do trabalhador, mas está sendo usada como um instrumento de terror e descomissionamento.

O banco realiza uma distorção da GDP, instrumento de avaliação que a Campanha Nacional 2018 dos bancários conseguiu manter no Acordo Coletivo Aditivo do BB. Além de usar a GDP como instrumento de terror, a diretoria cria regras para jogar um funcionário contra o outro, cria uma disputa interna e isso não é bom para os trabalhadores nem para a saúde. Concentram as carteiras de clientes com mais recursos e punem os colegas que pegam carteiras sem nenhuma rentabilidade.

Reforma Trabalhista e da Previdência no centro da disputa



Os trabalhadores já estão sofrendo na pele os resultados desastrosos da reforma trabalhista, que está substituindo vagas formais por contratos precários, e da terceirização irrestrita, que permite às empresas substituírem seus empregados diretos por terceirizados até nas suas atividades essenciais. Além de outras ameaças, a Reforma da Previdência, que pode tornar a aposentadoria um sonho impossível, continuam engatilhadas. Reverter os retrocessos dos últimos dois anos de golpe e impedir novos desastres depende do resultado das eleições.

No dia 28 de outubro, brasileiros e brasileiras, na sua maioria trabalhadores, vão às urnas escolher o Presidente que governará o país pelos próximos 4 anos e estarão diante de uma importante decisão: optar entre a continuidade de um projeto ultraliberal, privatista e que retira direitos dos trabalhadores ou a retomada de um projeto progressista, com geração de empregos e distribuição de renda.

REFORMA TRABALHISTA

Como em muitos outros temas a reforma trabalhista é um assunto que coloca os candidatos que disputarão o segundo turno das eleições presidenciais em polos diametralmente opostos: Fernando Haddad (PT) defende a revogação da reforma trabalhista aprovada no governo Temer, enquanto Jair

Bolsonaro(PSL) tenta negar que apoiou projetos que promoveram a retirada de direitos e que em seu plano de governo trazer propostas que na prática representa uma ampliação e também sinaliza ao mercado de que podem retirar ainda mais conquistas dos trabalhadores como o 13º salário e o adicional de férias, deixando explícito que, num eventual governo seu, o trabalhador deverá escolher entre ter direitos e não ter emprego ou ter emprego sem ter direitos.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Uma reforma da Previdência semelhante à apresentada pelo governo de Michel Temer (MDB), que praticamente acaba com a aposentadoria dos brasileiros e brasileiras e atende as exigências impostas pelo mercado financeiro, só tem chance de voltar ao debate

com maior força se o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL), for eleito conforme admitiram interlocutores do palácio do Planalto à imprensa. Tanto o presidenciável quanto sua equipe econômica, encabeçada pelo economista ultraliberal Paulo Guedes já deram sinais de que tem acordo com a maioria das propostas e anunciaram que vão adotar o modelo previdenciário de capitalização como quer o mercado.

Por outro lado Fernando Haddad, candidato do PT tem se declarado contrário a reforma proposta pelo atual governo, e seu programa de governo reafirma esse posicionamento. Para Haddad o objetivo é assegurar a sustentabilidade econômica do sistema previdenciário mantendo a sua integração ao Sistema de Seguridade Social, como prevê a Constituição Federal.

Congresso Nacional ficou ainda mais conservador

Se a situação está ruim para o trabalhador, pode piorar ainda mais. A bancada conservadora da Câmara Federal e do Senado para o próximo mandato, que se inicia em janeiro de 2019, está ainda maior. Um cenário realmente preocupante para quem vem perdendo direitos desde o golpe de 2016.

O PSL, partido de extrema direita, saiu fortalecido, pulando de apenas uma cadeira para 52. Um movimento perigoso, já que a legenda tem pautas que atacam os direitos dos trabalhadores e das minorias.

A bancada conservadora é

formada ainda por PSDB 29 deputados eleitos, MDB que agora tem 34 parlamentares, DEM (29), Novo (8), PRB (30), PP (37) e o PR (33).

Entre o campo progressista, o PT continua com a maior bancada, 56 deputados eleitos. Outros dois partidos tiveram crescimento significativo: o PDT com 28, Psol 10 deputados, PSB elegeu 32 e o PCdoB 09 parlamentares.

No senado a bancada progressista também perdeu espaço tendo agora no máximo 15 senadores. Ficando assim os eleitos por partido: MDB tem 07 senadores, Rede (5), PP (5), DEM (4), PSD (4),

PSDB (4), PSL (4), PT (4), PDT, PHS, PPS, PSB e PTB, dois cada.

Os brasileiros ainda têm chance de impedir mais retrocessos com a realização do segundo turno para presidente da República, em 28 de outubro. Não é difícil, basta se despir de qualquer sentimento e analisar friamente as propostas de governo de cada um dos presidenciáveis.

Na Assembléia Legislativa do MS, também não apresenta grande representatividade no campo progressista, esta muito aquém de representar a grande maioria da população sul mato-grossense, sendo alguns

representantes dos servidores públicos como educação e segurança, não havendo mais a representação sindical. A representação maior é da bancada conservadora ligada ao agronegócio e aos empresários.

Teremos ainda dias de muitas lutas pela frente, pois tanto no Congresso quanto na AL-MS com essas respectivas composições, não farão o enfrentamento contra a retirada de direitos e o processo de aniquilamento dos direitos que foram conquistados com muita luta continuará, tampouco discutirão as grandes pautas de interesse da sociedade.